

# ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO

## ESTADO DE SERGIPE

### DECISÃO DOS RECURSOS

*(INFRA RELACIONADOS)*

### I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infra relacionados concorrentes aos cargos/funções também infra relacionados, que insurgem contra a publicação do Gabarito Oficial, conforme disposto no **CONCURSO PÚBLICO DA ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO/SE, CONFORME EDITAL 001/2007.**

#### RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Nº	RECORRENTE	CARGO/ FUNÇÃO
01	Adeilson Fernandes Chaves	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
02	Adriana Simone Andrade Macedo	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
03	Adriano Rodrigues Lima	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
04	Antonio Carlos Sanches Cardoso	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
05	Bráulio Silveira Santos	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
06	Carla da Silva Santos	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
07	Carlos Henrique Maia dos Santos	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
08	Daniel Melo Sobral	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
09	Danilo Lucas de Oliveira Santos	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
10	Denson André Pereira da Silva	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
11	Diogo Campos Santana	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
12	Edgar de Andrade Mota	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
13	Graziana Olinda da Silva	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
14	Jadson Santos Costa	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
15	Joanildo Borges de Jesus	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
16	João de Jesus Barbosa	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
17	Jose Candido da Silva Junior	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
18	José Olinó Vieira Neto	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
19	Lucivalda de Almeida Lima Santana	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
20	Lunalva Oliveira Santos Ferreira	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
21	Magna dos Santos Ferreira	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
22	Marcos Paulo Reis dos Santos	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
23	Mike Andrade Campos Lima	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
24	Paulo Durval Barreto de Araújo	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
25	Rodrigo Melo Nunes	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
26	Rose Meire da Paixão Almeida	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
27	Sérgio Barbosa Nunes	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
28	Sheila Cristiane Campos Pinto da Silva	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
29	Silvio Sobral Garcez Junior	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
30	Tereza Batista de Oliveira Santana	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

31	Valdenilton Ferreira de Santana	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
32	Waleska dos Santos	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
33	Ana Regina Luz Lacerda	BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA
34	Vanessa Almeida Melo	NUTRICIONISTA/HABILITAÇÃO

## II DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

### **CARGO: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO**

**QUESTÃO 07**\_Não procedem as alegações dos recorrentes. É certo que o verbo “perdoar” seja transitivo direto e indireto. O que não indica obrigatoriamente para o permanente registro dos dois complementos todas as vezes que o mesmo for usado. A inadequação de que trata o enunciado da questão quanto à regência verbal acontece da seguinte forma: O verbo perdoar é transitivo direto com objeto direto para a coisa e transitivo indireto para a pessoa. (Nossa Gramática Teoria e Prática – Luiz Antônio Sacconi). Portanto, a opção “D” está incorreta. Veja: “O professor perdoou a aluna”. Como aluna é pessoa, temos um objeto indireto, por isso deveria ser precedido de preposição, sendo o “a” craseado, o que indicaria a fusão do artigo mais preposição.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa D, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 08**\_Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que o mesmo afirma que a função exercida pelo pronome oblíquo “o” em destaque, seria caracterizar o professor. Pergunta-se: Qual é a característica aí apresentada? Por não haver resposta para tal questionamento, deve-se considerar o que significa “caracterizar”. De acordo com a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), o “adjetivo” é toda e qualquer palavra que, junto de um substantivo, indica a qualidade, defeito, estado ou condição. Desta forma haveria uma caracterização. Já o pronome oblíquo “o” pertence aos “pronomes pessoais que servem para substituir as pessoas do discurso, que são três: a primeira pessoa: o emissor ou falante; a segunda pessoa: o receptor ou ouvinte; a terceira pessoa: a de quem se fala”. (Nossa Gramática – Teoria e prática- Luiz Antônio Sacconi).

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa A, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 11**\_ANULADA, pois não há dentre as alternativas de respostas apresentadas uma que atenda ao enunciado da questão.

**QUESTÃO 15**\_Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que acentua-se o “a” que principia locuções com palavra feminina. Ex: carro à gasolina, estudar à noite, estar à cata de informações; à proporção que chove, mais preocupados ficamos. A única locução que não deve trazer acento no “a” é “a distância”, quando não está determinada.

Ex: \*Os guardas ficaram a distância.

\*No zoológico, os animais ficam a distância. (gramática da língua portuguesa).

Portanto, “a frente” é uma locução tendo o “a” principiando-a e a seguir uma palavra feminina “frente”. Assim como os exemplos anteriormente mencionados, não havendo especificação para a obrigatoriedade da preposição “de”.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa D, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 17**\_Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que a operação descrita pelo candidato é uma função para importação de texto, que é chamada no momento em que o MS Excel tenta Abrir algum arquivo do tipo texto. Veja, esta Função "IMPORTA" o arquivo selecionado para o formato do Excel, ela não "ABRE" o arquivo.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa D, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 18**\_Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que no Office 2007 o "menu Barra de Ferramentas" não corresponde ao menu Ferramentas especificado na resposta C, além disso o edital especifica o "Microsoft OFFICE XP".

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa A, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 19**\_Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que o escopo da função, o importante é a identificação da posição das variáveis requeridas, não a grafia exata da fórmula.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa C, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 20**\_ Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que no Conteúdo Programático do Edital 001/2007 especifica o conteúdo "Microsoft OFFICE XP".

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa B, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 23**\_Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que o *FTP* (sigla de *File Transfer Procol*) é um protocolo de transferência de ficheiros, permitindo pesquisar ficheiros armazenados em computadores de todo o mundo e copiar aqueles que interessam. Usando o *FTP* não existe apenas a possibilidade de recolha de ficheiros (*download*), mas também o inverso, a transmissão (*upload*). Constituiu uma das primeiras riquezas da *Internet*. Um *site FTP* é um lugar na *Internet* que armazena ficheiros. Estes *sites* são mantidos por instituições de ensino, departamentos governamentais, empresas e particulares. Existem dois tipos de *sites FTP* : os privados (em que é necessária uma *password* para aceder aos ficheiros) e os anónimos (acessíveis sem *password*)."  
( [Departamento de Engenharia Química / Faculdade de Ciências & Tecnologia / Universidade de Coimbra](#) , : [siii - sistema interactivo de informação e aprendizagem](#))

Consultar o Help do MS Word, função, Salvar como.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa C, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 24**\_Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que o Edital não inclui em seu conteúdo programático, a versão do Office 2007.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa E, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 26**\_Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que o Comando ALT+ENTER não executa a função apresentada pelo candidato.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa C, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 28**\_ Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que a ferramenta Desfazer incluída no MS Office, sempre irá desfazer a última ação do usuário e voltar o documento para o estágio anterior, caso o usuário tenha digitado várias páginas após a inclusão dos números de páginas, ele teria que desfazer tudo que digitado, até aparecer a opção 'Desfazer números páginas' . Além disso, caso o documento seja salvo com número de páginas e fechado, se aberto novamente, a opção 'Desfazer números páginas', não aparecerá.

Verificar a função da opção "Desfazer", do menu editar.

"OBS o menu é Editar / Desfazer, o texto número de páginas, só irá aparecer imediatamente após a inserção de número de páginas e desaparecerá, imediatamente após a digitação de qualquer caractere no documento."

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa A, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 29\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que o MS OUTLOOK, faz parte do MS Office, porém nativo no Windows o que vem instalado é o OUTLOOK Express. Reafirmamos, portanto como correta a alternativa B, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 32\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que segundo Andrade (2006: p. 31) a expressão regimes contábeis é utilizada para consolidar alguns “Princípios e Convenções Contábeis Geralmente Aceitos”, no tocante a premissas básicas adotadas no momento da escrituração contábil, a fim de resguardar a transcrição da realidade do fato contábil.

**Questão referente ao item do conteúdo programático:**

Noções de Orçamento e Contabilidade Pública: 1. Conceito de Contabilidade Pública/ Regimes Contábeis, conceito, princípios, regime de caixa, regime de competência, regime misto.

**Fundamentação Teórica:**

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas pág. 29.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa A, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 33\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que segundo Andrade (2006: p. 32), no Brasil, a contabilidade das instituições públicas é regida pelo regime misto, conforme a aplicação do entendimento geral adotado com relação ao que pereceitua o art. 35, incisos I e II, da Lei 4.320/64:

Art. 35: Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas; e

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

O primeiro inciso representa o regime de caixa, enquanto o segundo representa o regime de competência.

Destaca-se a contabilização dos chamados “Restos a Pagar”, os quais, pelo regime de competência incorporam a despesa realizada no exercício financeiro. Cabe observar que essa orientação se refere à execução orçamentária e financeira, tendo em vista que a execução patrimonial se dará exclusivamente por regime de competência.

**Questão referente ao item do conteúdo programático:**

Noções de Orçamento e Contabilidade Pública: 1. Conceito de Contabilidade Pública/ Regimes Contábeis, conceito, princípios, regime de caixa, regime de competência, regime misto

**Fundamentação Teórica:**

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas pág. 32

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa B, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 34\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que segundo Andrade (2006: p. 43), o Plano Plurianual é um programa de trabalho elaborado pelo Executivo para ser executado no período correspondente a um mandato político, a ser contado a partir do exercício financeiro seguinte ao de sua posse, atingindo o primeiro exercício financeiro do próximo mandato. É a transformação, em lei, dos ideais políticos divulgados durante a campanha eleitoral, salientando os interesses sociais. Considerando a legislação específica, os instrumentos para elaboração do Plano Plurianual (PPA) são: as diretrizes, os programas, explicitando os objetivos e ações, e estas detalhando as metas do governo.

O levantamento de **receitas** financiadoras do Plano Plurianual atende aos objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que visa ao crescimento econômico e à expansão das ações de governo.

**Questão referente ao item do conteúdo programático:**

2. Noções Básicas - Orçamento Público, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamentos Anuais. 3. Princípios Orçamentários (programação, unidade, universalidade, anuidade, exclusividade, clareza e equilíbrio).

**Fundamentação Teórica:**

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas pág. 43.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa D, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 35\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que segundo Andrade (2006: p. 58 e 61), o orçamento público ou orçamento-programa é a materialização do planejamento do Estado, quer na manutenção de sua atividade (ações de rotina), quer na execução de seus projetos (ações com início, meio e fim).

As Classificações presentes no orçamento-programa são:

Classificação institucional – exalta a organização administrativa da esfera de poder para o qual o orçamento está sendo elaborado, adequando a exigência legal às divisões de órgãos, setores ou departamentos de cada ente federado.

Classificação funcional – visa refletir objetivos, metas, políticas, diretrizes, bem como ações planejadas e programadas para serem executadas ao longo de um período financeiro.

Classificação programática – o projeto visa sempre à criação, ampliação, melhoria ou aperfeiçoamento de um serviço, e seu produto pode ser ou não um bem de capital.

**Questão referente ao item do conteúdo programático:**

2. Noções Básicas - Orçamento Público, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamentos Anuais. 3. Princípios Orçamentários (programação, unidade, universalidade, anuidade, exclusividade, clareza e equilíbrio).

**Fundamentação Teórica:**

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas pág. 61.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa E, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 37\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que segundo o Art. 5º. **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) **(VETADO)**

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

**Questão referente ao item do conteúdo programático:**

2. Noções Básicas - Orçamento Público, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamentos Anuais. 3. Princípios Orçamentários (programação, unidade, universalidade, anuidade, exclusividade, clareza e equilíbrio)

**Fundamentação Teórica:**

Art. 5º. **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa D, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 38\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que segundo o Art. 4º. **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) [\(VETADO\)](#)

d) [\(VETADO\)](#)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

**Questão referente ao item do conteúdo programático:**

2. Noções Básicas - Orçamento Público, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamentos Anuais. 3. Princípios Orçamentários (programação, unidade, universalidade, anuidade, exclusividade, clareza e equilíbrio)

**Fundamentação Teórica:**

Art. 4º [LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.](#)

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa C, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 40\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que segundo KOHAMA (2000: p. 153), empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição...

O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Note-se que a dispensa da emissão da nota de empenho, evidentemente, não dispensa o empenho, ou seja, a dedução da importância para a realização da despesa devidamente autorizada, na dotação orçamentária própria, mas somente o documento que consubstancia esse registro, em virtude de uma situação especial.

Existem três modalidades de empenho:

1. ordinário ou normal;
2. por estimativa
3. global

**Questão referente ao item do conteúdo programático:**

4. Fases da Despesa (empenho, liquidação e pagamento), Receita Pública (conceito).

**Fundamentação Teórica:**

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública. Pág. 153

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa B, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 41\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que segundo KOHAMA (2000: p. 153), a liquidação da despesa, como terceiro estágio da despesa, consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

...

A liquidação da despesa por fornecimento feito ou serviços prestados terá por base:

- I. o contrato, ajuste ou acordo respectivo;
- II. a nota de empenho
- III. os comprovantes da entrega do material ou da prestação do serviço.

**Questão referente ao item do conteúdo programático:**

4. Fases da Despesa (empenho, liquidação e pagamento), Receita Pública (conceito).

**Fundamentação Teórica:**

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública. Pág. 164

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa A, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 42\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que conforme Art. 11 [LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.](#)

**DA RECEITA PÚBLICA**

**Seção I**

## Da Previsão e da Arrecadação

Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no *caput*, no que se refere aos impostos.

### Questão referente ao item do conteúdo programático:

Receita Pública (conceito).

### Fundamentação Teórica:

Art. 11 [LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.](#)

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa A, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 45\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que segundo a lei 8.666/93 arts 20 e 21:

Art. 20. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impedirá a habilitação de interessados residentes ou sediados em outros locais.

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais; [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal; [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

§ 1º O aviso publicado conterà a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.

### Questão referente ao item do conteúdo programático:

Lei 8.666/93 – Licitação: conceito, objetivo básico, princípios e modalidade de licitação, tipos de licitação, das dispensas e inexigibilidades de licitação, tipos de empenho (ordinário, por estimativa, global).

### Fundamentação Teórica:

Lei 8.666/93 art. 20.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa E, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 46\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que conforme [LEI 8.112/90 art. 5º](#) :

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

### Questão referente ao item do conteúdo programático:

tipos de empenho (ordinário, por estimativa, global). Noções básicas de administração pública e Regime Jurídico Único (LEI 8.112/90 e suas alterações posteriores): 1. Administração Pública: Conceito, princípios, noções básicas de administração pública (autarquias, fundações públicas, sociedade de economia mista e empresa pública). 2. Atos Administrativos: conceito, atributos e requisitos. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. 3. LEI 8.112/90 e suas alterações posteriores: Das Disposições Preliminares; Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição; Dos Direitos e Vantagens; Do Regime Disciplinar.

**Fundamentação Teórica:**

LEI 8.112/90 art. 5º.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa B, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 47**\_ Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que segundo a Lei 8.666/93 arts 20 e 21:

Art. 20. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impedirá a habilitação de interessados residentes ou sediados em outros locais.

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais; [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal; [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

§ 1º O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

I - quarenta e cinco dias para: [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

a) concurso; [\(Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"; [\(Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

**Questão referente ao item do conteúdo programático:**

Lei 8.666/93 – Licitação: conceito, objetivo básico, princípios e modalidade de licitação, tipos de licitação, das dispensas e inexigibilidades de licitação, tipos de empenho (ordinário, por estimativa, global).

**Fundamentação Teórica:**

Lei 8.666/93 art. 20 e 21

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa A, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 48**\_ Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que conforme a Lei 8.666/93 art. 22:

Art. 22. São modalidades de licitação:

I - concorrência;

II - tomada de preços;

- III - convite;
- IV - concurso;
- V - leilão

...

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

...

§ 6º Na hipótese do § 3º deste artigo, existindo na praça mais de 3 (três) possíveis interessados, a cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou assemelhado, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.

[\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

#### **Questão referente ao item do conteúdo programático:**

Lei 8.666/93 – Licitação: conceito, objetivo básico, princípios e modalidade de licitação, tipos de licitação, das dispensas e inexigibilidades de licitação, tipos de empenho (ordinário, por estimativa, global).

#### **Fundamentação Teórica:**

Lei 8.666/93 art. 22

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa B, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 56\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que conforme LEI 8.112/90 art. 61:

Art. 61. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais: [\(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97\)](#)

I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; [\(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97\)](#)

II - gratificação natalina;

~~III - adicional por tempo de serviço;~~ [\(Revogado pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001\)](#)

IV - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

V - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

VI - adicional noturno;

VII - adicional de férias;

VIII - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho.

IX - gratificação por encargo de curso ou concurso. [\(Incluído pela Lei nº 11.314 de 2006\)](#)

#### **Questão referente ao item do conteúdo programático:**

Noções básicas de administração pública e Regime Jurídico Único (LEI 8.112/90 e suas alterações posteriores): 1. Administração Pública: Conceito, princípios, noções básicas de administração pública (autarquias, fundações públicas, sociedade de economia mista e empresa pública). 2. Atos Administrativos: conceito, atributos e requisitos. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. 3. LEI 8.112/90 e suas alterações posteriores: Das Disposições Preliminares; Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição; Dos Direitos e Vantagens; Do Regime Disciplinar.

#### **Fundamentação Teórica:**

LEI 8.112/90 art. 61.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa C, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 58\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que conforme Art. 8 LEI 8.112/90:

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;

- II - promoção;
- ~~III - ascensão;~~ [\(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97\)](#)
- ~~IV - transferência;~~ [\(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97\)](#)
- V - readaptação;
- VI - reversão;
- VII - aproveitamento;
- VIII - reintegração;
- IX - recondução

**Questão referente ao item do conteúdo programático:**

Noções básicas de administração pública e Regime Jurídico Único (LEI 8.112/90 e suas alterações posteriores): 1. Administração Pública: Conceito, princípios, noções básicas de administração pública (autarquias, fundações públicas, sociedade de economia mista e empresa pública). 2. Atos Administrativos: conceito, atributos e requisitos. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. 3. LEI 8.112/90 e suas alterações posteriores: Das Disposições Preliminares; Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição; Dos Direitos e Vantagens; Do Regime Disciplinar.

**Fundamentação Teórica:**

Art. 8 LEI 8.112/90

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa D, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 60\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que conforme Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994 Seção I:

- I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.
- II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.
- III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

**Questão referente ao item do conteúdo programático:**

Noções básicas de administração pública e Regime Jurídico Único (LEI 8.112/90 e suas alterações posteriores): 1. Administração Pública: Conceito, princípios, noções básicas de administração pública (autarquias, fundações públicas, sociedade de economia mista e empresa pública). 2. Atos Administrativos: conceito, atributos e requisitos. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. 3. LEI 8.112/90 e suas alterações posteriores: Das Disposições Preliminares; Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição; Dos Direitos e Vantagens; Do Regime Disciplinar.

**Fundamentação Teórica:**

**Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994 Seção I**

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa A, conforme assinala o gabarito oficial.

## **CARGO: BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA**

**QUESTÃO 38\_** Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que segundo Lancaster:

"Um das propriedades mais importantes de uma representação de conteúdo temático é sua extensão."

**Vide:** LANCASTER, F.W. Princípios de indexação. In: LANCASTER, F.W. **Indexação e Resumos**. 2. ed. rev. atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. Cap. 2, p. 7.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa C, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 40**\_ Não procedem as alegações do recorrente, pois segundo Lancaster:

"É mais que evidente que a indexação é um processo subjetivo e não objetivo. Duas (ou mais) pessoas possivelmente divergirão a respeito do que trata uma publicação, quais aspectos merecem ser indexados, ou quais termos que melhor descrevem os temas selecionados. Ademais, uma mesma pessoa decidirá de modo diferente quanto à indexação em momentos diferentes. A coerência na indexação refere-se à extensão com que há concordância quanto aos termos a serem usados para indexar o documento."

LANCASTER, F.W. Coerência da indexação. In: LANCASTER, F.W. **Indexação e Resumos**. 2. ed. rev. atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. Cap. 5, p. 68.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa A, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 49**\_ Não procedem as alegações do recorrente, pois segundo Almeida:

*"As fases do projeto são os principais momentos de seu ciclo de vida. Essas fases não seguem um caminho rigorosamente linear, pois são partes de um processo dinâmico e interativo. A maioria dos autores identifica cinco fases no ciclo de vida do projeto, quais sejam:*

*1. Elaboração ou preparação do projeto: Trata-se do momento de concepção do projeto, que se fundamenta em um diagnóstico e na identificação da oportunidade da intervenção; nessa fase, definem-se os objetivos e o foco do projeto e se especificam as formas de atingir esses objetivos....*

*2. Estruturação: esta etapa pressupõe a aprovação do projeto e consiste na mobilização de meios e recursos para sua implementação, inclusive a capacidade da equipe.*

*3. Desenvolvimento/implementação: e o momento da prática, da efetiva realização do projeto.*

*4. Avaliação: embora ocorra durante todo o processo de implementação do projeto, identificando-se como acompanhamento ou monitoramento, tem, no momento de encerramento do projeto, a função de verificar em que medida se atingiram os resultados previstos. Essa avaliação gera informação e estímulo para o desenvolvimento de novas idéias e soluções, que poderão gerar novos projetos, ou para o aprimoramento do mesmo projeto."*

O recorrente tomou como base a definição da metodologia a ser utilizada, item que faz parte e é aplicada no diagnóstico organizacional.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Planejando o projeto. In: ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de Bibliotecas e serviços de informação**. 2 Ed. Rev. Ampl. Brasília: Briquet de Lemos, 2005. Cap. 5, p. 94.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa A, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 55**\_ Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que segundo Grogan:

*"Enquanto a expressão 'serviço de referência' aplica-se à assistência efetivamente prestada ao usuário que necessita de informação, a expressão 'processo de referência' passou a ser empregada, ao longo dos últimos 30 anos, para denominar, em sua totalidade, a atividade que envolve o consulente e durante a qual se executa o serviço de referência. Esse processo gravita em torno do ponto de contato inicial, quando o consulente formula sua consulta ao bibliotecário, mas remonta ao momento em que o consulente reconheceu a existência do problema e se estende durante e além da busca da informação solicitada, realizada pelo bibliotecário, e a entrega da resposta, até o ponto em que se chega mutuamente ao entendimento de que o problema original foi solucionado."*

GROGAN, Denis. O processo de referência. In: GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 2005. Cap. 3, p. 50.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa A, conforme assinala o gabarito oficial.

## **CARGO: NUTRICIONISTA/HABILITAÇÃO**

**QUESTÃO 05**\_ Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que as orações coordenadas aditivas expressam adição, soma, acréscimo. A oração "reconhecendo nos presentes a maturidade espiritual" é uma oração reduzida de gerúndio expressando justamente idéia de soma, adição, acréscimo.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa B, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 09**\_ Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que a maioria dos gramáticos entende que o uso do acento grave antes de pronome pessoal possessivo é facultativo. (Cegalla – Novíssima Gramática da Língua Portuguesa- 43ª edição. Pág. 261 – Sacconi – Nossa Gramática – Teoria e Prática – 1994 – pág. 418 – Pasquale e Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – 1999 pág. 530).

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa B, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 18 ANULADA**, pois não há dentre as alternativas de respostas apresentadas uma que atenda ao enunciado da questão.

**QUESTÃO 22**\_ Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que a falta da vírgula não altera o sentido da opção.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa E, conforme assinala o gabarito oficial.

**QUESTÃO 32**\_ Não procedem as alegações do recorrente, uma vez que a fonte utilizada para fundamentar a questão não condiz com a fonte enviada pelo candidato. A fonte é citada no **próprio enunciado** da questão, e, uma pesquisa mais detalhada na mesma revela que o valor de IMC recomendado pelas V Diretrizes Brasileiras de Hipertensão da Sociedade Brasileira de Cardiologia do ano de **2006** está na faixa entre **18,5 e 24,9**. Esta faixa de IMC também é amplamente utilizada na prática clínica e ambulatórios de nutrição nos programas de combate à hipertensão dos serviços públicos de saúde. A resposta exata e outras informações sobre condutas na hipertensão estão na seguinte referência: V Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial, Sociedade Brasileira de Cardiologia, p.20, ano 2006. Deve-se considerar ainda que a questão não discute sobre qual faixa de IMC é considerada para homens e mulheres, mas sim qual é a recomendação **para controle de hipertensão** preconizada pelas referidas Diretrizes.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa D, conforme assinala o gabarito oficial.

### **III DAS CONCLUSÕES**

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, deferidos ou indeferidos, de acordo com as decisões e fundamentações supra elencados.

Publique-se,

**ARACAJÚ (SE) 10 de DEZEMBRO de 2007.**

**Consulplan Consultoria**